

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-5-2021.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pai Ricardo d'Oxum, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Daiana Santos, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 141/21 (Processo nº 0370/21), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Resolução nº 006/21 (Processo nº 0112/21), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/21 (Processo nº 0431/21), de autoria de Leonel Radde; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 116 e 125/21 (Processos nºs 0315 e 0340/21), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 158/21 (Processo nº 0404/21), de autoria de Reginete Bispo. Durante a sessão, foram aprovadas as atas da Primeira, Segunda, Terceira, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Terceira, Décima Quarta, Décima Quinta, Décima Sexta, Décima Sétima e Décima Oitava Sessões Ordinárias e da Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona Sessões Extraordinárias. A seguir, Pai Ricardo d'Oxum pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 127/20, 035, 048, 049, 133 e 145/21. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro, Bruna Rodrigues e Airto Ferronato. Na oportunidade, por solicitação de Lourdes Sprenger, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Rosane Ramos de Oliveira Michels. Às quinze horas e vinte e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20). Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta minutos às quinze horas e trinta e sete minutos. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 155/21 (Processo nº 0458/21), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes, Leonel Radde, Comandante Nádia e Reginete Bispo. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 153/21 (Processo nº 0452/21), após ser encaminhado à

votação por Reginete Bispo, Karen Santos e Cassiá Carpes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 163/21 (Processo nº 0481/21). Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e doze minutos às dezessete horas e vinte e oito minutos para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 024/20 (Processo nº 0371/20), após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Pedro Ruas e Comandante Nádia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 059/19 (Processo nº 0114/19), após ser encaminhado à votação por José Freitas, Pedro Ruas e Leonel Radde. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 059/19. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 059/19. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 068/21 (Processo nº 0221/21), o qual teve sua discussão adiada por duas sessões, a requerimento, aprovado, de autoria de Daiana Santos. Durante a sessão, foi registrada a presença de Cassio Trogildo, secretário municipal de Governança Local e Coordenação Política. Às dezessete horas e cinquenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. SANDRO BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Registro a presença do ex-vereador Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política. Aproveito a oportunidade e registro efusivos cumprimentos à Ver.^a Comandante Nádia pelo transcurso de seu aniversário; muita saúde, muitos anos de vida.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação as Atas da 1ª a 3ª, e da 5ª a 18ª Sessões Ordinárias e Atas da 1ª a 9ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS** com a contrariedade dos vereadores Pedro Ruas, Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Leonel Radde e Bruna Rodrigues à Ata da 1ª Sessão Ordinária.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu explico, Presidente. Nós tivemos um questionamento judicial sobre a Ata da 1ª Sessão Ordinária. Nós, inclusive, anulamos a votação daquele dia. O senhor lembra disso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tudo bem, mas o que está transcrito na ata é o que aconteceu, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu sei, mas nós temos posição contrária ao conteúdo da ata não à construção.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vossa Excelência quer propor alguma alteração na redação da ata?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu estou lhe explicando, Presidente, não sou contrário à transcrição, é com relação ao conteúdo. Nós questionamos judicialmente, fomos até vitoriosos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, está compreendido, Ver. Pedro Ruas, está registrado a sua contrariedade.

Solicito que o diretor legislativo proceda aos demais apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Moisés Barboza, no período de 25 a 27 de maio de 2021, foi empossado o Ver. Pai Ricardo de d'Oxum, no dia 25 de maio de 2021, em razão da impossibilidade de os suplentes Conselheiro Marcelo e Helen dos Santos Machado Calleya assumirem a vereança, nos dias 25 a 27 de maio de 2021, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pai Ricardo d'Oxum está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR PAI RICARDO D'OXUM (PSDB): Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Casa, a bancada tucana e também os povos tradicionais de matriz africana, da qual eu pertencço, e demais colegas de vereança. Hoje é um dia de muita felicidade, mas também um dia de muita responsabilidade ao assumir este cargo que tanto me honra e me orgulha. Hoje também é um momento de gratidão, agradeço a todos aqueles que confiaram que eu poderia fazer um trabalho para a população de Porto Alegre.

Agradeço a minha família, os meus eleitores e a minha equipe por todo empenho dedicado a mim. Sabemos as dificuldades que o povo de Porto Alegre enfrenta, mas vamos trabalhar muito nesses dias, esperem o máximo de mim, vou

exercer este cargo com muita honestidade e dedicação ao Legislativo Municipal de Porto Alegre. Juntos somos mais fortes. O meu muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0314/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que altera o *caput* do art. 20, o inc. II do *caput* e os incs. I, II e III do § 1º do art. 38-A, inclui §§ 5º, 6º e 7º no *caput* do art. 38-A e revoga o inc. II do art. 38-F, todos da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 – que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos, sobre a publicidade nos equipamentos desse comércio e dessa prestação de serviços e revoga as Leis nºs 1.923, de 30 de dezembro de 1958; 3.187, de 24 de outubro de 1968; 3.397, de 2 de julho de 1970; 4.555, de 30 de abril de 1979; 4.860, de 15 de dezembro de 1980; 5.863, de 12 de janeiro de 1987; e 7.865, de 22 de outubro de 1996 –, e alterações posteriores, dispondo sobre a modalidade de Gastronomia Itinerante com relação ao prazo de renovação de alvará, acrescentando a venda de cerveja e vinhos artesanais no rol de atividades autorizadas, alterando a distância mínima de estacionamento dos veículos, regulamentando o uso de mesas e cadeiras nos passeios públicos, dispondo sobre a autorização especial para a venda de bebidas alcoólicas e vedando a cobrança de quaisquer valores referentes à outorga pelo uso de espaço público para essa modalidade. **(SEI 197.00035/2020-03)**

PROC. Nº 0118/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/21, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que autoriza a presença de público em eventos esportivos no Município de Porto Alegre durante o período em que vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). **(SEI 039.00008/2021-81)**

PROC. Nº 0162/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que determina a obrigatoriedade de afixação e exposição das escalas dos profissionais de saúde e a do registro de ponto biométrico nas Unidades de Saúde (USs) do Município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 220.00019/2021-31)**

PROC. Nº 0163/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 049/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que obriga a implementação de sistema de impressão local de senha para registro do tempo de espera de atendimento nas Unidades de Saúde (USs) do Município de Porto Alegre que atendam, exclusiva ou parcialmente, ao Sistema Único de Saúde (SUS). **(SEI 220.00020/2021-65)**

PROC. Nº 0352/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 133/21, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que cria o Selo Empresa Amiga da Mulher. **(SEI 221.00046/2021-11)**

PROC. Nº 0377/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* do art. 31 da Lei n.º 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, alterando para 12 (doze) anos a vida útil dos veículos utilizados para esse serviço. **Com Emendas nºs 01 a 08, do Ver. José Freitas. (SEI 034.00099/2021-59)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Embora estejamos em sistema remoto, eu sei que seria muito importante se pudéssemos estar aí presentes neste momento e sem a pandemia para poder ter a Casa, a Câmara de Vereadores lotada de servidores municipais. Infelizmente, com a vinda da pandemia, impossibilitou a Câmara exercer uma atividade que é real e que deveria ser democrática, onde as pessoas pudessem se manifestar não só da tribuna, mas sentir não só a opinião daqueles que são atingidos por alguns projetos de lei ora apresentados pelo governo, mas, acima de tudo, sentir o calor humano dessas pessoas que estão sendo atingidas, e no caso aqui me refiro ao servidor público que tem se manifestado diuturnamente contra a reforma da previdência do governo Sebastião Melo. O governo Sebastião Melo lá na campanha dizia claramente que o servidor não iria perder mais, que era uma nova realidade, um novo governo. Imaginava-se naquele momento, e muitos servidores acreditaram, inclusive, que iam ganhar a reposição salarial dos últimos quatro anos, que, até então, não foi feito e não tem perspectiva nenhuma. O governo Melo passa a ser mais uma das grandes decepções para o servidor público e

para o conjunto da sociedade, na medida em que, já ultrapassando 100 dias de governo, nada de novo conseguimos perceber a não ser a retirada de direito do servidor público, a privatização de várias empresas e a perseguição de certos servidores, quando foram demitidos os mais de 500 servidores do IMESF. Este governo não é democrático infelizmente, posso dizer isso de um prefeito que foi nosso colega, de um vice-prefeito que foi nosso colega, que deveriam ter, no próprio DNA, a própria marca de poder abrir para o debate, coisa que foi o contrário, ouviu para o debate com algumas entidades, inclusive conosco, para poder saber o que estávamos pensando. E ao saber que nós éramos contra e que deveríamos trabalhar muito claro e preciso sobre uma política de redução de danos, o governo, infelizmente, açodadamente pressiona como nunca e apresenta novamente o projeto da reforma da previdência para poder não só tirar a motivação, a autoestima, mas precarizar o serviço público e entregar para a iniciativa privada. Hoje, como foi na sessão passada, é um dia muito triste para o servidor público, é um dia muito triste para nós, partido da esquerda, que quando defendemos o fortalecimento do atendimento junto à população, como aconteceu agora no sentido de poder combater o Covid-19, foi sim preciso, foi, sim, importante o servidor público estar na linha de frente para poder operacionalizar o atendimento, a vacina, a testagem, enfim, tudo aquilo que é necessário tanto na saúde, como na educação, como no DMAE, como no DMLU, como na assistência social e tantas outras áreas. A nossa enorme decepção neste momento é que o governo continua pressionando, inclusive percebendo que muitos dos vereadores que estão na base do governo, estão cooptados, indicações de CCs, indicações de parentes. Acima de tudo, a nossa dignidade jamais deverá ser vendida, entregue, porque quem nos elegeu não foi o prefeito, o vice-prefeito, quem nos elegeu e nos colocou na Câmara, Ver. Robaina, foi a população e é por isso que quem está colocando o preço ou uma certa barganha política não mereceria nem mesmo estar na Câmara. Por isso a nossa decepção, a decepção com o governo que prometeu uma coisa e não fez, não sinaliza e não abre esse debate para poder, então, atender o conjunto da categoria, mas vem aqui dizer que é preciso privatizar, é preciso modificar a lei da previdência por uma questão de sobrevivência, mas atinge a vida do cidadão que trabalhou por mais de 30 anos, muitos deles com 25 anos sem ter o tempo do pedágio, ou tempo de transição. Por essa e outras razões, sem auditoria, sem um cálculo autoral adequado, é lamentável poder aqui ver este governo que, depois de 100 dias, sem ter nenhuma marca deixa, na verdade, a população desassistida com relação à ampliação da vacina, com relação ao não só o atendimento às crianças e adolescentes que passam necessidades, como as famílias que estão na situação de vulnerabilidade. Por isso o nosso protesto, a nossa indignação com este governo que, infelizmente, são mais quatro anos de desastre para a nossa cidade. Para eles é o capital, são os que mais possuem, os mais pobres precisam do poder público, mas também o servidor público, que é a menina dos olhos do atendimento da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos os colegas, todos os vereadores, todas as vereadoras. Ver. Oliboni, acho que V. Exa. vai perder o posto de Jesus Cristo na procissão do Morro da Cruz porque o senhor parece o Judas Iscariotes. Primeiro, o senhor disse que o prefeito mentiu e que nós não merecíamos estar aqui...

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Que nós não merecíamos estar aqui. Acho engraçado isso, o senhor dizer que nós não merecíamos estar aqui porque estamos traindo os nossos eleitores. Nenhum dos meus eleitores me pediu para eu votar a favor, como o senhor disse. Quando eu falo isso, que o senhor está mentindo, mentido quando o senhor diz que o prefeito demitiu 500 pessoas. Quem demitiu 500 pessoas foi o seu partido, quem demitiu 500 pessoas foi a sua bancada que entrou na justiça contra o IMESF, o senhor fez isso, estes sindicatos que estão aqui na frente agora somente preocupados...

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, aí é desleal, né?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vou pedir que o pessoal não interfira, porque o tempo de Comunicação de Líder não permite apartes.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Então, não adianta, Ver. Oliboni, não adianta, o Robaina agora também se atravessou, não adianta ficar brabo. O prefeito Melo, uma coisa que ele não fez foi mentir, tudo o que ele disse na campanha está cumprindo, principalmente de entregar para a população de Porto Alegre uma estrutura melhor de cidade. Agora, se querem manter uma casta na cidade de Porto Alegre, uma casta de 13 mil pessoas que não querem fazer parte da previdência que está em nível federal, a previdência que está em nível estadual, a previdência que está em vários municípios, a previdência que está na vida de quem paga impostos e tributos nesta cidade. As pessoas que trabalham no comércio, pessoas que trabalham no sistema de transporte, trabalham de vigilante, pessoas que produzem na nossa cidade, trabalhando de taxista, trabalhando de aplicativo, toda a cadeia produtiva desta cidade, essas pessoas precisam de mais saúde, essas pessoas precisam ter escola de tempo integral para os seus filhos, essas pessoas precisam ter acesso às políticas públicas, e política pública só se faz com dinheiro. O prefeito Melo não mentiu nem um minuto. Quero que o Ver. Oliboni, na sua próxima fala, mostre o vídeo do Melo dizendo que ia dar aumento para o servidor público, mostre, em nenhum momento. O que nós falamos e estamos

cumprindo é ter dialogo. Várias reuniões foram feitas com os setores públicos, várias reuniões foram feitas com as entidades. Agora, não querem ceder em nada, nada. Isso, de não ceder, seu partido tem experiência porque vocês não quiseram ceder na questão da redução da jornada de trabalho, vocês não quiseram ceder na questão da reforma trabalhista, vocês não quiseram ceder na questão da reforma sindical, tinha uma proposta do ex-presidente da Câmara Federal, Michel Temer, de fazer uma redução gradativa da jornada de trabalho de 30 minutos por ano, Ver. Pablo, que me escuta atentamente, 30 minutos por ano, e nós com certeza, em um mandato, iríamos resolver a redução da jornada de trabalho. Vocês radicalizaram! Eu já falei para o prefeito Sebastião Melo, se não querem a reforma da previdência, aumentem as alíquotas. Pronto, está resolvido. Continuem lá com os seus prazos para se aposentar, agora o que não pode é uma pessoa entrar no setor público, ficar cinco anos e querer se aposentar, tirando o direito das pessoas; o que não pode é uma pessoa ficar a vida inteira na iniciativa privada, aí entra, fica cinco anos no setor público e quer se aposentar. Em plena atividade, em pleno momento que a pessoa está produzindo. Aí, dizem que nós somos contra o servidor. Nós estamos valorizando quando a gente quer que esse servidor continue na frente da Prefeitura, que essas pessoas continuem dando a sua expertise, continue dando a sua experiência para melhorar e ajudar a nossa cidade. Não é à toa que o secretário da Fazenda do Município é dos quadros da Prefeitura, não é à toa que o procurador-geral do município é dos quadros da Prefeitura, porque confiamos e acreditamos no servidor público. O que nós assumimos na campanha – digo nós, porque eu estava com o prefeito e estou com o prefeito Sebastião Melo desde o primeiro momento em que ele lançou a sua candidatura – estamos fazendo, nós falamos no rádio, na TV, programas, falamos nas ruas, falamos nas comunidades, em todos os segmentos da sociedade o que nós estamos fazendo, nós estamos entregando para a população de Porto Alegre o que nos comprometemos. Então, Ver. Oliboni, com todo respeito que tenho a V. Exa., desde que eu era menino o senhor já era Jesus Cristo no Morro da Cruz, agora, nesta questão, o senhor está sendo o Judas, o senhor não está sendo Jesus Cristo porque o senhor está faltando com a verdade. Quem demitiu os 500 funcionários do IMESF foi a sua bancada, quem demitiu os 500 funcionários do IMESF foi a ação que V. Exa., o seu partido, entrou na justiça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, tem duas questões que o Ver. Claudio Janta está com o discurso deslocado: a primeira, foi o atual governo que demitiu os 550 trabalhadores da saúde, e nós temos a prova disso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o senhor está fazendo uma réplica.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Segundo, nós temos os vídeos da visita do candidato Melo nas secretarias do Município, quando ele fala aos servidores que seria um governo diferente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadoras, vereadores. A questão do governo Melo é muito menos de coerência, alegada coerência do seu discurso de campanha com o seu mandato do que, e é isso que se cobra, compromisso com a cidade. Ontem, estive num debate de alto nível, na Rádio Gaúcha, com o Ver. Idenir Cecchim – o Ver. Idenir Cecchim é um gentleman, portanto, é um debate de pessoas educadas. O que coloquei agora nesta tribuna virtual, mas de forma muito intensa, mais do que o nosso debate de ontem porque a situação se agravou no Brasil, nós vivemos já a terceira ou quarta onda. Vejam bem, vereadoras e vereadores, a cada 100 infectados, no Brasil, pela Covid-19, nós temos 2,8 óbitos, essa é a média nacional. No Rio Grande do Sul, a cada 100 infectados, nós temos 4 óbitos. E quem puxa esses óbitos, no Rio Grande do Sul, é Porto Alegre. Se o Brasil tivesse a média do Rio Grande do Sul, nós estaríamos perto de 700 mil óbitos, seguramente mais de 600 mil. Então, a nossa situação é muito grave. A contradição absurda, e aí a questão do governo Melo, a questão dramática de ser observada nesse aspecto, é que, em cinco meses de governo, que fecha agora no mês de maio, ele não conseguiu com toda a sua equipe, sua assessoria, seus colaboradores, elaborar um único projeto de combate à pandemia, não veio para esta Casa um projeto de combate à pandemia, nenhum projeto. Tenho participado de vários debates, coloco esse tema e as pessoas não acreditam, tenho que mostrar que não houve nenhum, não veio nenhum projeto. Ao contrário, quando o prefeito se manifesta, é para contestar até mesmo o seu governador aliado, Eduardo Leite, contestou as bandeiras, foi à justiça. Ele não manda nenhum projeto e quer convencer as pessoas contra toda a ciência, contra a OMS, contra tudo, que abrir tudo na cidade não aumenta os casos de Covid. Então, ele não só não manda como ele nega a existência da transmissão. Esse é um tipo de vírus, o coronavírus, ele não é transmitido por inseto nem por animais, ele só tem transmissão humana. Desculpe dizer assim, estou dizendo uma coisa tão óbvia, mas não é óbvia para o Paço Municipal, não é óbvia para o Executivo. Para o Executivo, esse vírus se transmite por azar decerto, alguma coisa desse tipo porque ele quer abrir – o prefeito chegou a dizer que deveríamos dar a nossa vida pela economia – e não manda um projeto. Mas que governo municipal é este que não tem um único projeto, um projeto que fosse para distribuir cesta básica, um projeto que fosse para distribuir álcool em gel, que fosse para distribuir qualquer tipo de ajuda às pessoas que não podem sair para trabalhar porque vão pegar a Covid e, quando saem para trabalhar, não tem o que fazer porque não tem emprego formal. Os camelôs não têm para quem vender, as pessoas têm restrições a parar, discutir preços, experimentar roupa, há muita dificuldade, e o governo parece que

ignora o que o povo está sofrendo. Na verdade, não parece que ignora. Isso não pode ser qualquer coisa.

Aqui, na Câmara, nós tínhamos reservado as segundas-feiras para votação de projetos em relação à pandemia, e já são tão poucos. Na segunda passada, tinha um projeto para ser votado, havia um projeto importante de almoço para os alunos da rede municipal. Pois não foi votado, o governo tirou quórum, foi votado, no seu lugar, a discussão no seu lugar, a discussão não combinada, desatendendo um acordo de lideranças, dessa joia da cora para o governo que é atacar, brutalmente, os municipais. Mas, ao mesmo tempo que o governo não coloca nenhum projeto, não se dispõe a dar uma cesta básica, um auxílio emergencial, nada, um álcool em gel para as famílias mais carentes, nada, nada, governo se preocupa com InvestPOA, RecuperaPOA, isenções para empresários, dinheiro para empresários de ônibus, dinheiro direto, compensações.

E o povo de Porto Alegre? O governo tem um lado, não vamos disfarçar isso; as pessoas podem assumir, só não pode enganar. O lado do governo é o lado dos ricos, dos grandes empresários, de quem têm dinheiro, de quem faz o capital uma forma de render mais capital, os rentistas, onde o dinheiro não é investido sequer na produção, o dinheiro é investido em mercado de ações. É para esses que o governo Melo trabalha e atua, isso é uma verdade, é uma realidade. Isso não quer dizer que haja incoerência ou não com o discurso de campanha, isso quer dizer que o governo tem lado, seu lado é o dos ricos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da juíza gaúcha, Rosane Ramos de Oliveira Michels, vítima do coronavírus, mãe da ativista e advogada Luana Michels.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Defiro o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; vereadores e vereadoras, público que nos assiste, eu quero seguir fazendo considerações específicas sobre essa proposta de reforma da previdência. Na verdade, considerações contra a reforma, porque a reforma teria o sentido de melhorar, no nosso caso somos contra a reforma, porque aumenta o tempo de trabalho para que os servidores possam se aposentar, um ataque, portanto, a um direito adquirido já pelos servidores públicos municipais. Um dos grandes argumentos daqueles que pensam, ou pelo menos daqueles que não estão simplesmente fazendo um trabalho de apoio ao governo em troca de cargos, em troca de benefícios, mas as pessoas que têm algum

sentido de reflexão sobre os temas do setor público e do País às vezes argumentam que não, que tudo precisa ser igualitário no setor público, no setor privado. O problema, o grande ponto e o grande equívoco desse raciocínio, é que não leva em conta que nós temos no País uma lógica dominante, uma lógica econômica dominante, um modelo econômico dominante que é o modelo neoliberal e o tipo de economia cuja característica mais importante é a exportação. E nós temos uma classe dominante, um grande empresariado que é baseado na exportação de soja, de minério, de carne, de petróleo, há um setor empresarial exportador que tem como objetivo sempre a redução do valor da mão de obra. Então, quando os governantes pensam em reduzir o setor público, em reduzir os direitos dos trabalhadores do setor público, eles não estão pensando numa questão simplesmente ligada às finanças, Ver. Ferronato, eles estão pensando no ajuste a serviço de um plano estratégico de redução dos direitos de toda a classe trabalhadora. E se os servidores públicos têm algum direito a mais, se têm alguma uma conquista a mais do que o setor privado, eles querem reduzir essas conquistas, querem reduzir esses direitos para permitir que não haja maiores demandas dos setores dos trabalhadores privados para conseguirem melhores condições de trabalho, melhores salários, melhores condições de dignidade de modo geral, melhores condições previdenciárias, etc. Eles querem, portanto, reduzir a expectativa de toda a classe trabalhadora para reduzir o valor da mão de obra da classe trabalhadora, baratear cada vez mais as suas mercadorias e seguir exportando, porque eles não necessitam do mercado interno. Eles necessitam simplesmente de classe trabalhadora cada vez trabalhando mais e mais empobrecida. Por isso o Brasil está numa situação cada vez pior sob o ponto de vista da classe trabalhadora, porque a classe que domina não está preocupada no mercado interno. Nós temos 150 milhões de trabalhadores, desses 150 milhões de trabalhadores, nós temos 35 milhões que têm carteira assinada, 11 milhões são servidores públicos e o resto não tem nenhum direito, são precarizados, pela lógica de que todos têm que ser totalmente iguais. Nós vamos cortar também a carteira assinada, porque a maioria nem carteira assinada tem. E é essa a lógica empresarial dos grandes empresários, dos grandes capitalistas que são os que estão mandando nos políticos, que são os que estão dando as regras para os governos. Então eu quero chamar a atenção que nós, sim, querendo defender os direitos dos servidores e, defendendo o direito dos servidores, nós, sim, estamos defendendo o conjunto da classe trabalhadora. Nós não queremos igualar por baixo, nós queremos elevar o nível de vida da classe trabalhadora e não igualar por baixo, fazendo com que ninguém tenha direito à aposentadoria, que é esse, em última instância, o tipo de projeto que o prefeito Melo está trazendo aqui para a Câmara de Vereadores. Eu quero chamar a atenção de quem está nos escutando, de todos os vereadores e vereadoras: esse projeto do prefeito não tem condições de ser aprovado. Aqui na Câmara de Vereadores o governo tem uma maioria sólida em relação ao número de 19 votos, mas uma mudança na Lei Orgânica necessita de 24 votos. E se nós temos os votos da bancada da oposição, temos dez vereadores da oposição, os dois vereadores do PDT e o vereador do PSB, com os treze votos firmes, não há como passar o projeto do governo. Esse é o chamado que nós fazemos. Nós vamos derrotar esse projeto com a unidade desses treze vereadores. E

com treze vereadores, o projeto não passa na Câmara e os servidores não vão ter os seus direitos atacados como infelizmente o prefeito Melo está pretendendo fazer. Com treze vereadores nós vencemos: dez da oposição, dois do PDT e um do PSB. Treze vereadores que se reivindicam de um campo popular que precisam estar unidos para derrotar esse projeto, todo o serviço público e antipopular. Muito obrigado, presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela nossa TVCâmara, venho hoje aqui fazer a defesa de um projeto de minha autoria que protocolei no início deste ano e que hoje vai fazer parte da reunião Conjunta das Comissões, já quero aqui adiantar o tema desse projeto, através do tempo de liderança. Protocolo, no início deste ano, um projeto para autorizar a presença de público ou das torcidas nos estádios de futebol, pois os nossos campos de futebol, a Arena e o Beira-Rio, desde março de 2020 a torcida está impossibilitada de participar dos nossos espetáculos do Rio Grande do Sul. Sabemos que a pandemia, tivemos momentos difíceis em que realmente não se poderia ter pessoas nos estádios de futebol, mas vejo que neste momento em que nós estamos numa situação bem melhor na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, que nós podemos, sim, retornar as torcidas aos estádios de futebol. Por que faço esse projeto de lei? Para discutir com os vereadores, com a sociedade, com o nosso prefeito, com o secretário de Saúde, com os presidentes dos clubes, com a Federação Gaúcha de Futebol, porque eu não quero – e eu acho que nenhum vereador aqui quer – que as torcidas voltem aos estádios como voltou na final da Libertadores, quando teve uma partida em que as torcidas foram de forma desorganizada. A torcida, na verdade, não foi convidada, e essa se aglomerou dentro do estádio. A nossa ideia é que com essa lei nós possamos fazer a discussão e voltar de forma regulamentada cumprindo todos os protocolos necessários para que a saúde de todos seja preservada. Por que retorno neste momento com esse pedido e trazer para que a gente possa votar esse projeto? Porque, neste momento, a cidade de Porto Alegre está de parabéns quanto à vacinação. Nós já vacinamos, pelos números que acabei de acessar aqui no *site* da Secretaria de Saúde e acho que está algumas horas desatualizado, 492.487 pessoas já receberam a primeira dose na cidade de Porto Alegre; a segunda dose, 291.669 pessoas vacinadas. Isso significa, daqueles que vão ser vacinados, 44% da população vacinável já foi vacinada na cidade de Porto Alegre com a primeira dose; e 26,43%, dos vacináveis, já foram vacinados na cidade de Porto Alegre.

E por que a gente tem urgência em fazer essa discussão, votar esse projeto e retornar aos estádios de futebol? Porque tiveram algumas categorias da atividade econômica que foram mais prejudicadas do que outras, pagaram um preço muito alto

nesta pandemia. Eu poderia dizer que os comerciantes e o grupo de eventos sofreram muito durante esta pandemia, e, quando falo de eventos, falo de eventos sociais, de formaturas, de aniversários, pessoas que vivem disso, que fazem dos eventos a sua atividade profissional, que ganham o seu dinheiro, que pagam os seus impostos e ficaram, quase todo esse período, impossibilitados de trabalhar. E o futebol está incluído em eventos esportivos, há 14 meses sem poder receber as suas torcidas. Por que eu acho – acho não, eu tenho certeza – muito importante? Porque o jogo de futebol com torcida movimentada, no mínimo, cinco mil pessoas que trabalham diretamente dentro dos estádios ou no seu entorno e que dependem dessa atividade comercial e hoje estão impossibilitadas de trabalhar. É a tia que trabalha lá na frente do estádio, é o porteiro, é a pessoa que está lá dentro do estádio trabalhando, o homem que faz a limpeza das arquibancadas, são pessoas que estão há 14 meses sem trabalhar, presidente. Portanto, não é mais admissível, numa boa situação em que estamos hoje, que os estádios de futebol não foram liberados. A CBF já os liberou, deixando para que os municípios possam retornar e não retomamos o futebol com as torcidas na cidade de Porto Alegre. Vamos liberar, presidente, e quero contar com o apoio das vereadoras e vereadores desta Casa. Muito obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadoras e vereadores. Eu venho a esta tribuna hoje falar sobre uma moção contra o feminicídio, em que, neste momento de pandemia, são as mulheres quem chefiam majoritariamente as famílias nas comunidades e têm sofrido com o aumento da violência doméstica e do feminicídio. Nós a trouxemos a este plenário, já está na pauta esta moção, e eu acredito que deverá ser aprovada por unanimidade porque não acredito que nenhum vereador ou vereadora desta Casa pactue com o aumento da violência, pactue com o aumento da desgraça que acontece nas nossas famílias quando as chefes das suas famílias são violentadas, mortas. A gente tem aqui nesta Casa uma vereadora que sabe muito bem, que sofreu na pele e sofrerá para o resto da vida porque perdeu parte importante da sua vida – eu sempre digo, vereadora, que patrimônio de pobre é filho. Tu sofreste a maior violência que uma mulher pode sofrer na vida. Aqui a nossa solidariedade, em nome de tantas outras vereadoras, em nome de tantas outras Bárbaras, nós apresentamos esta moção e nos solidarizamos às mulheres que, neste momento de pandemia, cuidam dos seus filhos enquanto não conseguem os mandar para a escola com segurança, o Estado precisa se fazer presente. O Executivo precisa apresentar políticas efetiva de combate à violência. Infelizmente, nós temos uma rede enfraquecida de proteção às mulheres; portanto, de proteção às nossas crianças também. Movimentos como esse, projetos que valorizem a proteção da mulher, projetos que combatam a violência são também projetos que garantem a segurança e a integridade das nossas

famílias que, neste momento, quem mais sofre, e a gente tem a certeza disso, são as mulheres, quem mais sofre são as crianças. Eu venho, então, pedir o apoio dos vereadores e das vereadoras porque, neste momento, essa opção é um símbolo da postura desta Casa, é um símbolo da atuação de vereadores e vereadoras que entendem que nenhuma mulher deve ser morta, ou que nenhuma mulher deve ser agredida pelo simples fato de nascer mulher. Hoje é isso o que acontece; as mulheres são mortas pelo simples fato de nascerem mulher. Nós precisamos de fato elaborar políticas que consigam dar conta de valorizar economicamente as nossas mulheres que foram as mais impactadas pela pandemia. Ora, Ver.^a Daiana Santos, neste momento em que alguns índices de violência contra a mulher caem, contra as mulheres negras aumentam. Mas aumentam também, presidente, porque somos nós, as mulheres, que se aglomeram nas periferias da cidade, somos nós, as mulheres, que são as mais fragilizadas economicamente e somos nós, chefes das nossas famílias, que enfrentamos toda a desigualdade que a pandemia descortinou, porque ela já existe há muito tempo. Eu hoje venho provocar os colegas vereadores e vereadoras para que a gente aprove, por unanimidade, essa moção, que eu tenho certeza que fala sobre a postura desta Casa e que fala sobre cada um e cada uma de nós aqui. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Em primeiro lugar, um abraço, presidente, colegas vereadores e vereadoras. Parabenizar a Ver.^a Comandante Nádia pelo seu aniversário. Eu vou começar com uma preliminar: estou recebendo, não vou dizer milhares, muitas centenas de mensagens pelo *Facebook*, pelo *WhatsApp* e por outras redes me enchendo de desaforo sem saber direito o que estão fazendo isso com os servidores públicos. Eu sempre participei de todas as reuniões e sempre disse da necessidade de mitigação e essa foi a minha tarefa, e disse ao governo, disse às entidades que não serei o 24º voto, isso, repito, o pessoal está em xingando sem saber o que está fazendo. Por outro lado, nos meus 32 anos de Câmara, 68 anos de idade, eu tenho tido um apoio expressivo e fundamental do servidor público, de traidor, isso jamais serei alcunhado, porque temos trabalhado tentando ver o que se consegue. Falando aos municipais, essencialmente aos meus eleitores que me respeitam, que acreditam em mim, apenas eu tenho dito algumas coisas mais ou menos assim: a previdência dos municipais é estabelecida basicamente em duas grandes normas. A primeira é que na Lei Orgânica se define a idade mínima e se define o tempo de serviço e na Lei Complementar de Porto Alegre se define alíquotas e o valor das pensões. Isso é uma das preocupações que nós devemos ter, e uma grande fatia de servidores tem e já expressou que concorda comigo, porque nós podemos sofrer, logo adiante, um impacto, via lei complementar, aumentando as alíquotas. Portanto, nós temos de avaliar, com carinho, se é de se correr esse risco ou se não é, talvez, melhor dar uma calibrada nisso.

Muito bem, assinei a subemenda e vou receber uma enxurrada de desaforos. Assinar a emenda significa uma garantia desses avanços que podem vir e que podem estar em andamento na Câmara de Vereadores, antes da conclusão da discussão do projeto. Então, assinei a emenda, porque acho que devo assinar para tramitar. Acho que ela é necessária, deve estar presente, até porque conquistamos 11 pontos; pretendo, depois explicá-los. Agora, gostaria apenas de fazer essa observação: quando o projeto entrou, na Câmara, nós eramos cinco vereadores; lá no início, passamos a defender a ideia de que não votaríamos se não tivesse uma emenda, trazendo as regras de transição. A emenda aconteceu. Quando chegou, ingressou a regra da transição. Conversamos, mais uma vez: e ela é muito dura; nós precisamos de uma subemenda. A partir dali, a pedido de entidades de servidores, de muitos servidores, coube a mim, à Ver.^a Cláudia, ao Ver. Mauro Zacher e ao Ver. Márcio Bins Ely uma tarefa de buscar entendimentos junto ao Executivo, no sentido de negociar mitigações. Portanto, meus caros servidores, nos meus 68 anos de idade e nos meus 32 anos de Câmara, tenho procurado agir de forma serena, pacífica, buscando coisas que tratem, para melhor, das propostas que dizem respeito ao servidor. Repito: assinar emenda não significa que está tudo resolvido, mas quero deixar o meu abraço a todos e dizer que, no próximo momento que for possível conversar, eu vou falar sobre algumas das questões que estão inseridas na subemenda. Um abraço a todos e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo inscritos, solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h27min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0381/20 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/20, de autoria do Governo Municipal, que altera o art. 43 e inclui os artigos 43-A, 43-B e 43-

C na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social. (SEI 118.00225/2020-91)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- retirada da Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01, dos Vers. Idenir Cecchim, José Freitas, Hamilton Sossmeier, Felipe Camozzato, Ramiro Rosário, Gilson Padeiro, Pablo Mello, Mauro Pinheiro, Alexandre Bobadra, Giovane Byl, Moisés Barboza, Jessé Sangalli e Cassiá Carpes e das Ver^{as} Comandante Nádia, Mariana Pimentel, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Mônica Leal, Lourdes Sprenger e Psicóloga Tanise Sabino;
- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 17-05-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão, em 2ª sessão, o PELO nº 002/20. Considerando o recebimento uma medida judicial relativa a este processo, suspendo os trabalhos da presente sessão para análise da matéria.

(Suspende-se os trabalhos às 15h30min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h37min: Estão reabertos os trabalhos. Agradeço a paciência e a compreensão de todos. Na verdade, o processo ainda é o mesmo, aquele, que tramita na Casa. Entretanto, é apenas mais um desfecho do desdobramento das questões formais que remetem a algumas responsabilidades, que a Câmara foi citada, mas nada que impeça a tramitação ou que interfira aqui no transcurso da apreciação do projeto que está em discussão. É isso, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Exatamente isso, Presidente. A Câmara só foi notificada para apresentar a defesa. Mas a tutela de suspensão parcial caiu, quando foi retirada a mensagem retificativa. Então, é só para apresentar a defesa ou não. Não há impedimento para o processo legislativo prosseguir.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feitos os esclarecimentos por parte da nossa Diretoria Legislativa, em conjunto com a nossa Procuradoria, seguimos os trabalhos.

Vereador Leonel Radde (PT): Do que trata essa decisão liminar, enfim, esse processo?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, pode repetir, por gentileza? O vereador não tinha entendido, num primeiro momento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O processo foi manejado pelo mandado de segurança... Ação civil coletiva manejada pelo Simpa e por vereadores integrantes das bancadas de oposição, visando suspender a tramitação do processo relativamente à mensagem retificativa, enquanto o Conselho do Previmpa não se manifestasse sobre ela. No entanto, com a retirada da mensagem retificativa, a liminar perdeu o efeito. Só a Câmara está sendo intimada, como o processo prossegue, para apresentar a defesa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Dada ciência ao plenário, passamos a colher as inscrições para a discussão.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sem impedimentos e sem ressentimentos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim se inscreve?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Não, eu só queria dizer isso, Presidente, muito obrigado. A justiça é para todos; não para serem beneficiados, mas para tirarem as dúvidas. E com essa tirada de dúvida, que tanto o nosso diretor legislativo quanto o procurador da Casa contribuíram, acho que devemos seguir. Eu tinha afirmado, provavelmente fora de regimento, daí eu me informei, então sem impedimentos e muito menos sem ressentimentos com quem entrou na justiça. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito à Ver.^a Comandante Nádia, aniversariante do dia, que assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa fazer uma breve manifestação.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Falo em tempo de Presidente, Ver. Pedro Ruas, em homenagem aos 41 anos do PDT, cumprimentando a Ver.^a Comandante Nádia, presidindo os trabalhos e que também aniversaria hoje, parabéns!

Saúdo também os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e de maneira remota. Eu não poderia deixar de fazer um registro, neste momento, pois hoje é o aniversário de 41 anos do meu partido, o meu primeiro e único partido. Eu, que me filiei lá nos idos do movimento estudantil, vejo aqui alguns colegas que foram talhados na política estudantil, junto conosco, iluminados pelo líder que hoje se encontra no Oriente Eterno, Leonel Brizola, sempre defendendo a educação, sempre defendendo os povos oprimidos, os índios, os negros, os idosos, os jovens, as crianças, as mulheres. Quero prestar aqui a nossa homenagem e dizer que é com muita alegria que hoje faço parte das fileiras do partido, estou há mais de uma década nesta Casa, tenho sido sucessivamente eleito para o mandato de vereador, o que aumenta ainda mais a nossa responsabilidade. É uma honra estar, também, hoje fazendo parte da direção nacional do PDT, contribuindo com os rumos da nossa Nação, dentro dos princípios que norteiam os ideais trabalhistas. E a gente faz com muito orgulho, com muito carinho, com muita emoção o registro desse aniversário, hoje, aqui. Parabéns à família trabalhista; parabéns, PDT! Quero mandar um fraterno abraço ao meu companheiro de bancada, companheiro Ver. Mauro Zacher, líder da nossa bancada; também às nossas lideranças: ao Presidente Carlos Lupi; Presidente estadual Ciro Simoni; Presidente municipal Pompeo de Mattos. Aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, parablenizo também os nossos mais de 70 prefeitos e 70 vice-prefeitos, nossos mais de 800 vereadores e vereadoras; parablenizo todos os nossos órgãos de ponta, juventude, movimento negro, Movimento Cultural Darcy Ribeiro, movimento verde, movimento sindical, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, vêm trazendo e colocando um tijolinho na construção das contribuições do nosso partido em favor do povo oprimido. Também quero agradecer ao meu padrinho, o parceiro de caminhada Vieira da Cunha, que sempre me incentivou e que tem procurado sempre, através de conversas francas, contribuir com a condução dos nossos mandatos. Então, parabéns, felicidades aos companheiros de PDT. Considero que o nosso partido tem muito a fazer, muito foi feito, mas muito ainda precisa ser realizado. Quarenta e um anos! Feliz aniversário! Parabéns, família trabalhista! Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h47min: Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a 2ª sessão de discussão do PELO nº 002/20.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 155/21 – (Proc. nº 0458/21 – Vers. Cassiá Carpes, Pablo Melo, Claudio Janta, Leonel Radde, Hamilton Sossmeier e Alexandre Bobadra e Ver^{as} Cláudia Araújo e Comandante Nádia) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “à criação da carreira própria para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande Do Sul, conforme determinado na Emenda Constitucional nº 67 de 20 de junho de 2014”. (SEI 023.00006/2021-05)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 155/21. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, presidente. Senhoras vereadoras, senhores vereadores, esta moção, eu tenho certeza, vem ao encontro de todos os colegas. É uma moção de solidariedade a uma das instituições de maior credibilidade do nosso Estado e no País, os bombeiros. Tive, como deputado, a felicidade de estar presente com os bombeiros na sua separação da Brigada Militar. No início, alguns ficaram na dúvida se seria bom, mas eu não tenho dúvida de que foi bom: os bombeiros precisam ter autonomia, e, conseqüentemente, hierarquia, não perdendo a sua raiz, não perdendo a sua capacidade de atender à população, por isso é uma das entidades, uma das corporações mais prestigiadas desse Estado e no País. Neste sentido, nós estamos trazendo ao plenário a votação com o objetivo de que os bombeiros possam ter naturalmente o seu quadro de funcionários, as suas reivindicações, a sua independência, é neste sentido que estamos colocando em votação, neste momento, essa moção de apoio aos bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul que requer que seja encaminhada moção de apoio e solidariedade à criação de carreira própria, já estão desmembrados, é questão de bom senso. Portanto, peço o apoio de todos os colegas, pois é uma reivindicação justa. É uma categoria que, volto a frisar, é uma das credenciadas, e sem dúvida, conta com a maior confiança da população, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu profissionalismo. E olha que é uma profissão de risco! Por isso, nossos bombeiros, os bombeiros do nosso Estado são um capítulo à parte. Não perderam, a Brigada ficou com sua referência, pois também é uma das instituições de maior credibilidade, mas os bombeiros, através daquela lei, criaram a sua independência e sua autonomia, a sua hierarquia, e é neste sentido que nós estamos valorizando. Essa moção vem ao encontro, e tenho certeza de que, por unanimidade, vamos aprovar essa moção de apoio aos bombeiros, à sua formação, seu plano de carreira, a valorização do profissional nesta área. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 155/21, como coautor.

VEREADOR LEONEL RADDE: Quero saudar a iniciativa do Ver. Cassiá. Encaminhamos também pela aprovação da moção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 155/21, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, público que nos assiste. Primeiramente, quero dizer que estou muito feliz de hoje estar aqui trabalhando, estar de aniversário e ter recebido tantos cumprimentos em comemoração à vida, em comemoração à carreira que nós assumimos, em comemoração à família que nós constituímos, ao profissionalismo que recebemos de herança do meu pai e da minha mãe, e eu acho que é importante estar entre amigos e agradecer. O nome do dia hoje, para mim, é gratidão, agradecer a todos aqueles que me cumprimentaram. Recebi muitos parabéns, e é sempre bom no dia do aniversário a gente estar podendo fazer alguma coisa útil, que é trabalhando em prol do povo porto-alegrense. Como autora também desta moção em prol dos nossos bombeiros, do nosso corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, eu digo que é muito importante, e gostaria que fosse aprovada esta moção por unanimidade, pelos 36 vereadores, pois o Corpo de Bombeiros, desde junho de 2014, se desmembrou da Brigada Militar. A Emenda Constitucional nº 67 fala exatamente isso, dispondo sobre a instituição do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, onde, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, acaba ficando separado, onde os integrantes da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros são servidores públicos militares regidos por estatutos próprios, estabelecidos por lei complementar, ficando, desta forma, assegurada a isonomia entre os integrantes da Brigada Militar e os integrantes do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul. Uma instituição que se faz forte a partir do momento em que ajuda e protege o povo gaúcho nos maiores sinistros, seja de incêndio, seja de enchentes, seja através da Defesa Civil ajudando aquelas pessoas que mais necessitam. Em plena pandemia, tivemos também o Corpo de Bombeiros auxiliando na vacinação, auxiliando na entrega de cestas básicas, auxiliando aquelas pessoas ribeirinhas que sofrem também com as enchentes e as chuvaradas do nosso Rio Grande do Sul.

A eles faço toda minha homenagem, dizendo da importância desses soldados do fogo estarem com uma carreira própria, auxiliados também pelos vereadores que aqui estão dizendo “sim” ao Corpo de Bombeiros Militar. E mais do que isso, é um Corpo de Bombeiros que tem como autoridade um comandante-geral constituído, e, desta forma, entendo, cabe a todos nós, vereadores, estarmos abraçando esta moção em conjunto, solidarizados à carreira individual de todos aqueles que fazem parte desta maravilhosa instituição que é o Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul,

que muito nos orgulha e que nós queremos, cada vez mais, valorizar. Muito obrigada. Vida longa ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 155/21, como coautora.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Primeiramente, boa tarde aos meus colegas vereadores e vereadoras, ao público que nos acompanha. Quero, primeiro, parabenizar e desejar boas-vindas ao pai Ricardo d'Oxum que está compondo aqui, uma importante figura da luta do povo de terreiros, das religiões de matriz africana da nossa cidade e do nosso Estado. Também parabenizar a vereadora Nádia pelo aniversário. E também, Presidente Márcio Bins Ely, parabenizar o PDT pelos seus 41 anos, nós que temos um apreço pelo Partido Trabalhista, pelo papel que ele representou na luta democrática deste País e não poderia deixar de falar, na luta do enfrentamento ao racismo, pois foi um dos partidos pioneiros, junto com o meu Partido dos Trabalhadores, com figuras como Abdias do Nascimento e Caó, a enfrentar o racismo, produzindo importantes legislações que, até hoje, impactam na nossa vida. Quero saudar os vereadores que apresentaram este requerimento, esta moção de solidariedade pela criação de carreira própria do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul, conforme determina a Emenda Constitucional nº 67/14. Tive o prazer de trabalhar, no governo Olívio Dutra, junto com o nosso querido José Paulo Bisol, na Secretaria de Segurança Pública, e, já naquele período, nos empenhávamos muito para que o Corpo de Bombeiros tivesse autonomia em relação à Brigada Militar, porque suas demandas e necessidades, inclusive orçamentárias, são muito distintas. Naquele período, o Rio Grande do Sul era um dos poucos Estados que tinha o Corpo de Bombeiros vinculados à polícia militar, felizmente hoje não é mais, e que precisa, sim, que a sua carreira seja regulamentada e organizada. Muito bem-vinda esta moção de solidariedade que nossa bancada subscreve.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 155/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 153/21 – (Proc. nº 0452/21 – Ver^{as} Bruna Rodrigues e Daiana Santos) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “à ação LEVANTE FEMINISTA CONTRA O FEMINICÍDIO”. (SEI 221.00064/2021-94)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 153/21. (Pausa.) A Ver^a. Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Eu me inscrevi só para destacar a importância desse requerimento, uma vez que nós precisamos, sim, implementarmos vidas no enfrentamento ao feminicídio. E o Levante Feminista é uma organização, uma articulação de centenas de organizações de mulheres que tem feito esse debate no país, sobretudo neste período de pandemia, quando o feminicídio aumentou de forma drástica, especialmente, na nossa cidade. Nesses meses de abril e maio, tem-se registrado os maiores índices de feminicídios. Então essa Moção é importantíssima, e esta Câmara se manifestar, em apoio às organizações de mulheres que têm denunciado e proposto políticas de enfrentamento ao feminicídio, é importante. Parabenizo a Ver. Bruna e a Ver. Daiana Santos pela proposição que diz respeito a todas nós, mulheres, e, fundamentalmente, a toda sociedade, porque todas nós temos uma mãe, filhos, irmã, mulheres, em nossas famílias, que precisam ser protegidas sim. Parabenizo as autoras da Moção. E votamos favorável.

(Não revisada pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, inscrevo-me, também, para parabenizar essa moção necessária numa luta que é fundamental, sobretudo, neste momento de pandemia, como muito bem colocou a Ver.^a. Reginete Bispo. Nós, estruturalmente, passamos e convivemos com a violência, cotidianamente. Violência simbólica, a violência estrutural do desmonte das instituições, a violência que nos descaracteriza, que descaracteriza nossas denúncias, as nossas falas, as nossas reivindicações enquanto mulheres e enquanto maioria do povo brasileiro. São as mulheres aquelas que trabalham, aquelas que fazem o trabalho doméstico, aquelas que chefiam as suas famílias, aquelas que contribuem com seus impostos, de forma desproporcional, em especial as mulheres negras, que contribuem com muito mais impostos do que o restante da população. E vivemos num país, numa sociedade, extremamente violenta em relação às nossas vidas, aos nossos corpos, às nossas liberdades. Em relação a esses dados de gênero, nós estamos longe, muito longe de chegar a uma possibilidade de reivindicar, por exemplo, a nossa reforma de previdência, porque as pessoas estão vivendo mais. Estamos vivendo mais, em piores condições de vida, com mais doenças, diabetes, pressão alta, enfim, diversas

comorbidades relacionadas ao nosso estilo de vida, que faz com que a gente tenha que trabalhar cada vez cedo, ser responsabilizada por, cada vez mais, atribuições e, agora com a pandemia, o cuidado do filho, o cuidado com os idosos, o cuidado com nossas casas. A continuidade do trabalho remoto, e eu me remeto muito aos profissionais da educação, que são categorias que, majoritariamente, constituídas de mulheres e que, nessa pandemia, estão trabalhando muito, sem as condições de trabalho necessárias e ainda tendo que conviver dentro do seu espaço de moradia, que se tornou seu espaço de trabalho, com essa dupla pressão, que é a dupla jornada de trabalho que nos afeta. E a violência, uma violência de fato, física e a morte, que é a morte levada ao extremo, também são uma realidade, infelizmente, no nosso país, e com números gritantes em relação ao nosso Estado Rio Grande do Sul, que diz muito das nossas tradições, e muito da forma com que o senso comum vê a luta das feministas, vê a luta das mulheres trabalhadoras por igualdade de direitos, por igualdade de condições. Essa Moção reflete todo esse movimento, que é um levante contra a violência elevada ao extremo, que é a morte, que são os feminicídios, mas também reflete em todas as subcondições de vida às quais estamos colocadas. É importante, sim, a gente pensar a partir do Parlamento, e, em Porto Alegre, temos o Parlamento que tem mais mulheres, expressivamente, em relação a todo país, e um Parlamento composto de mulheres gerou toda uma expectativa de se ter um Parlamento mais feminino, mas, infelizmente, isso não se reflete, objetivamente, em melhores condições de vida e de luta da nossa classe trabalhadora feminina. Então, não adiante subir e chutar a escada, nós precisamos ter posicionamentos que reflitam a mudança concreta das condições de vida, de trabalho, de estudo, de sobrevivência das mulheres do nosso povo. Isso, envolve a aprovação dessa Moção de Solidariedade ao Levante Feminista contra o Feminicídio, mas também envolve em refletir o que significa a reforma da previdência no Município, que vão passar, de forma desproporcional, para enfermeiras, médicas, assistentes sociais, professoras, todas aquelas que sustentam suas famílias, e que viram na carreira pública uma forma fugir dessa precarização do trabalho, que é o normal, que é a normalidade dentro do setor privado, que é a terceirização, que é bico, que é o *free*, que é o trabalho intermitente. Essa é a realidade do mercado de trabalho brasileiro. Infelizmente, são as mulheres trabalhadoras, aquelas que mais vem sofrendo as angústias, a reforma trabalhista, a terceirização das atividades fim, o desmonte das instituições públicas, porque daí não tem casas de acolhimento, porque daí não tem creche, porque daí não tem vaga em escolas, a escola que atende é uma escola precarizada. Aí fica difícil concorrer, aí fica muito difícil competir, é muito desigual, estamos falando de um país, extremamente, desigual em relação a essas mulheres, às vidas dessas mulheres, ao trabalho. E se deslumbra também de como está sendo isso diante do Parlamento, essa expectativa que se criou em relação a termos mais mulheres eleitas. E, na prática, o que está mudando? Qual o balanço que nós vamos ter daqui a três anos, quando acabar essa Legislatura? Isso diz muito também sobre a luta do nosso movimento feminista, não basta ter vagina; assim como no movimento negro, não basta ter melanina, nós precisamos ter posicionamento em relação a todas essas injustiças que estão sendo apresentadas por esses governos que não se preocupam com a vida do nosso povo

trabalhador. Vou encaminhar, voto favorável a esta Moção de Solidariedade do Levante Feminista, e também quero saudar a iniciativa da Ver. Daiana Santos e da Ver^a. Bruna Rodrigues, que representam esse anseio de mudanças das mulheres trabalhadas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar Requerimento nº 153/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, quero aproveitar aqui para encaminhar e dizer que houve um grande consenso, pois, quando nós localizamos nesse projeto, nessa Moção, algumas questões de radicalismo, que viriam a prejudicar essa excelente moção, que tem o apoio de todos nós, solicitamos a Ver.^a Bruna, que foi muito paciente, que foi colega, que retirasse as questões ideológicas de lado. Isso fez com que nós criássemos uma justificativa – não aquela que era a primeira – que contemplasse todo esse Plenário, buscando consenso, buscando a harmonia. Foi assim que nós fizemos, e por isso houve essa votação de todos, porque é um problema de todos, Presidente, é um problema na casa das famílias, onde não tem ideologia, lá não tem cor, onde tudo que acontece; o feminicídio é um caso sério, seriíssimo, e que não tem ideologia. Então, foi nesse sentido que nós construímos um consenso. Quero agradecer a Ver.^a. Bruna Rodrigues que compreendeu e que permitiu que nós harmonizássemos aqui no Plenário, para votarmos todos favoráveis à moção, porque, neste momento, não há radicalismo, não tem dono da proposta. E tem sim uma luta cotidiana de todos nós para terminar com esse massacre das mulheres do Brasil. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 153/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 163/21 – (Proc. Nº 0481/21 – Ver. Alvoni Medina) – requer seja o período de Comunicações do dia 31 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 19 anos da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro. **(SEI 020.00017/2021-80)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 163/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos, para a realização da reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h12min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h28min: Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, na segunda-feira nós tivemos um pedido de verificação de quórum, houve a chamada para os vereadores e não houve a segunda chamada. Eu fiquei com a dúvida, perguntei na hora, mas não foi respondida: nós não temos obrigação da segunda chamada em qualquer votação ou verificação de quórum? É uma dúvida minha. Não era V. Exa. que presidia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu vou me socorrer do diretor, eu tive que sair porque eu tinha uma reunião do partido, então a nossa vice-presidente, aniversariante, Ver.^a Comandante Nádia, estava presidindo a sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu vou esclarecer. Na verificação de quórum não há segunda chamada, só há segunda chamada em votações.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Esclarecido, obrigado.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0371/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/20, que altera o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.605, de 10 de outubro de 2019, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). (SEI 118.00221/2020-11)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 19-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 024/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não tem ninguém do governo que possa dar uma explicação mais detalhada sobre a finalidade do empréstimo?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde presidente; boa tarde vereadores e vereadoras. Rapidamente encaminhar voto favorável, porque nós, da oposição, quando o projeto é meritório, votamos junto com a Prefeitura em prol da nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 024/20, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadores e vereadoras, o governo municipal busca um empréstimo junto ao BNDES e o Ver. Aldacir Oliboni, com muita razão, pediu maiores esclarecimentos sobre isso que não foram dados. Veja bem, Presidente, o Ver. Leonel Radde muito bem disse na tribuna que nós estamos votando e dando esse crédito de confiança ao governo; a oposição dando um crédito de confiança ao governo tamanha a nossa boa vontade com a cidade. Nós não sabemos direito o que é isso que o governo está fazendo, agora, eu espero que, assim como o governo está pedindo empréstimo para algo que não se sabe exatamente o que é neste momento, porque ninguém do governo foi explicar na tribuna, mas nós estamos dando voto favorável. Bem que o governo poderia fazer um empréstimo junto ao BRDE, junto ao BNDES, junto a qualquer instituição financeira para distribuir cestas básicas ao nosso povo, para distribuir álcool em gel ao nosso povo, para promover um auxílio emergencial ao nosso povo. Quer dizer, o governo não faz porque não quer, tanto que está fazendo um empréstimo agora, Ver. Airto Ferronato, que eu sei que é muito atento a essas questões historicamente na CEFOR, que nós estamos dando o aval, nós estamos dando o voto favorável ao governo municipal. Se fosse uma oposição intransigente, jamais daria voto favorável para empréstimo. Agora, no voto favorável a gente pede – apenas pede, não pode exigir – que o governo faça o mesmo tipo de operação bancária para ajudar o povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 024/20, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Presidente, colegas, a pedido vim aqui fazer uma explicação para a oposição, que solicitou saber do que se trata mais amiúde a questão que nós estamos votando neste momento. Na verdade, é uma troca simplesmente da questão da garantia, ou seja, o Município pede a retificação da lei autorizativa da operação de crédito quanto ao termo relacionado à garantia, na verdade, solicita alterar contra garantia para garantia, visto tratar-se de financiamento sem garantia da União. A aplicação de recursos tem por finalidade modernizar e aumentar a eficiência da administração municipal por meio de projetos de gestão que visam acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, bem como aquisição de sistemas e contratação de serviços técnicos especializados para projetos que visam sistematização e gerência, base de dados e também tecnologia da informação.

Na verdade, é um programa, o PMAT – Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, que se destina apoiar projetos nos municípios que estejam voltados à melhoria da eficiência, qualidade, transparência da gestão pública, visando a modernização da administração tributária e à qualificação do gasto público. Acredito que seja isso.

Eu mandei agora a nota técnica para o WhatsApp de todos os vereadores, eu já havia mandado, mas acredito que, com essa explicação, a oposição tenha tido uma melhor compreensão sobre esse projeto. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só para salientar que nós, da oposição, já havíamos encaminhado favoravelmente a esse projeto, nós não vamos atrapalhar a operação bancária. O que eu pedi é que o governo fizesse também operação bancária para beneficiar o nosso povo. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, apenas para reconhecer o esforço da oposição que está votando favorável ao projeto. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLE nº 024/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0114/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 059/19, de autoria do Ver. José Freitas, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a denominação e o período da efeméride Dia do Doador de Sangue para Semana Municipal do Doador de Sangue, a ser realizada na semana que incluir o dia 14 de junho. **(SEI 118.00130/2021-59)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- incluído na Ordem do Dia em 12-05-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão PLL nº 059/19. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, Presidente Márcio, boa tarde. É bem simples este projeto, estou fazendo essa alteração a pedido da direção do próprio Hemocentro, por uma lei, de minha autoria, colocando a denominação e o período da efeméride Dia do Doador de Sangue para a Semana Municipal do Doador de Sangue, a ser realizada na semana em que incluir o dia 14 de junho. O dia do doador então é dia 14 de junho! E nós estamos alterando então, principalmente para estimular a doação de sangue em Porto Alegre, com a criação da Semana, o tema terá mais tempo de relevância na imprensa com discussões gerais.

Segundo o Hemocentro, a situação dos estoques é crítica; o suprimento que depende de doações é o mais baixo dos últimos anos. Os órgãos abastecem 42 hospitais situados na Região Metropolitana, Vale dos Sinos, Vale do Paranhana e litoral norte. A queda do número de doadores já chegou a 80% nas últimas semanas. No primeiro trimestre do ano, a média é de uma redução de 40% no fluxo. A escassez é até a falta de sangue, afetando pacientes que precisam de transfusão ou precisam de cirurgias de urgência. Para que os parlamentares tenham uma ideia, o tipo O, considerado doador universal, que pode ser ministrado em pacientes com qualquer tipo sanguíneo em caso de urgência, está em falta. A escassez tem um efeito direto no fluxo de cirurgias. No dia 12 de maio, três pacientes aguardavam cirurgias de urgência, pois tiveram traumas recentes – eles foram transferidos nos Hospital de Pronto Socorro.

Meus colegas, fiquei chocado por saber que a pessoa que precisa do sangue, Ver. Cassiá, num hospital particular, tem que pagar o sangue. Eu não sabia disso! E varia de hospital para hospital, de R\$ 600,00 até R\$ 1,2 mil por uma bolsa de sangue.

Eu fiquei chocado porque o sangue é doado. Então, se a pessoa vai à PUC, ao Hospital Mãe de Deus, em qualquer local onde seja atendida no particular, ela tem que pagar a bolsa de sangue. E eu digo isso porque a minha assessora, cujo pai faleceu mês passado, precisou pagar. E é isso que cobraram, taxaram – uma bolsa de sangue varia de hospital para hospital, de R\$ 600,00 a R\$ 1,2 mil.

Então, nós estamos trocando para que seja, ao invés do Dia do Doador, a Semana do Doador, para que venhamos a fomentar, para que venhamos a discutir e conscientizar as pessoas do quanto é necessário e do quanto é fundamental que doemos sangue para que não venha a faltar nos hemocentros. Eu peço o apoio de todos os colegas. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 059/19.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, o Ver. José Freitas apresenta um projeto que faz diferença, um importante projeto que devemos apoiar. Enquanto ouvia o vereador eu lembrava que, em 1993, houve uma crise muito grande em Porto Alegre em relação ao sangue, muito grande – não sei exatamente por quê! Eu sei que os vereadores foram, inclusive, convocados a doar sangue, foi uma sugestão, e nós fomos doar, em 1993 – lembro que fomos eu, o Ver. Henrique Fontana, o Ver. Clóvis Ilgenfritz e o Ver. Eliseu Santos. Nós quatro doamos sangue em nome da Câmara Municipal. É uma iniciativa da maior relevância. Eu também não sabia desse pagamento, fiquei sabendo neste momento. Eu acho que uma Semana do Doador de Sangue é muito importante, acho que campanhas que possamos fazer, e aqueles de nós que pudermos fazer, no seu gesto pessoal, a doação, também é importante, faz muita diferença. Não sei se ainda posso doar, com 65 anos, mas se puder doar, eu doo, estou à disposição. Fui doar lá em 1993, não é Ferronato, talvez ainda dê agora. Então, vamos ver, estou à disposição. Eu acho muito importante, Ver. José Freitas; parabéns pelo seu projeto; com certeza vamos aprová-lo, apoiando-o nessas iniciativas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 059/19.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Gostaria de parabenizar a iniciativa do Ver. José Freitas. Eu sou doador há praticamente 20 anos, sou doador de sangue, plaquetas, hemácias e medula. Eu não sabia desse detalhe da cobrança nos hospitais particulares, da cobrança da bolsa de sangue. Temos que fazer um debate sério e profundo sobre essa informação, porque sangue é vida, é óbvio – chega a ser redundante falarmos sobre isso. Esse projeto é muito importante, já inicia com debate

sobre essa situação, essa denúncia, e nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Oliboni, Ver.^a Reginete Bispo, Ver. Jonas Reis, estaremos votando favoravelmente, apoiando muito essa iniciativa da Semana Municipal do Doador de Sangue. Parabéns ao Ver. José Freitas, parabéns também a todos que doam vida, que doam seu tempo, que doam a sua saúde para o próximo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Peço ao direto legislativo que leia o teor da Emenda n^a 01

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda n^o 01 ao PLL n^o 059/19.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda n^o 01 ao PLL n^o 059/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL n^o 059/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Daiana Santos (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n^o 068/21 por duas sessões.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Daiana Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h51min.)

* * * * *